

CNseg apresentou proposta para o aumento alarmante das inundações no Brasil na Cúpula Global de Seguros Sustentáveis, em Los Angeles



Crédito: divulgação CNseg

Los Angeles, 10 de abril de 2024 - No painel “Não deixando ninguém para trás: Inclusão financeira e fechando as lacunas de proteção frente às mudanças climáticas”, o presidente da Confederação Nacional das Seguradoras abriu seu discurso citando que os prejuízos recentes causados pelas chuvas e inundações em cidades do Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro têm sido cada vez mais frequentes no Brasil. Afim de minimizar a tragédia no Brasil, Dyogo Oliveira defendeu a proposta construída pelo setor segurador: o Seguro Social de Catástrofe.

Dyogo Oliveira explicou que o modelo para seguro social de catástrofe está em debate com o governo brasileiro e com o Congresso Nacional e funcionaria como um instrumento de proteção e amparo financeiro para a população atingida pelos desastres provocados por chuvas, inundações, alagamentos ou deslizamentos.

“Claramente os países menos desenvolvidos e as populações de menor renda terão impacto muito maior que os países ricos e a população com maior renda”, falou durante sua apresentação. “É impossível se pensar em uma resposta única para proteger a população da emergência climática de forma justa. Se quisermos efetivamente não deixar ninguém para trás quanto às mudanças climáticas, é preciso adaptar diferentes estratégias ao contexto de cada país, de cada região”.

No mesmo painel participaram Anais Symenough, advogada da African Risk Capacity; Michael Mendez, professor assistente de políticas ambientais e planejamento na Universidade da Califórnia, Steven Rothstein, diretor-gestor pela Ceres, e Nora Vargas, presidente do Conselho da Prefeitura de San Diego.

Dyogo ressaltou a uma plateia de executivos do mercado segurador, reguladores e acadêmicos de vários países que o Brasil precisa criar programas para enfrentamento das catástrofes, que estão se tornando cada vez mais frequentes. Por isso, disse ele, o Seguro Social de Catástrofe é fundamental porque proporcionará uma indenização emergencial e auxílio funeral para vítimas de calamidades públicas.

O seguro será privado e contratado mediante pagamento mensal de R\$ 2 a R\$ 3, com cobrança na conta de energia elétrica. A cobertura alcançaria imóveis residenciais localizados em área urbana ou rural. A indenização prevista seria de cerca de R\$ 15 mil por residência afetada.

A CNseg desenvolveu o projeto a partir dos dados oficiais que apontam um aumento da população vulnerável, explicou. Apenas como exemplo, em 2010, o censo do instituto brasileiro de geografia e estatística, IBGE, trouxe à luz um dado preocupante: mais de 8 milhões de brasileiros viviam em áreas de risco. Quatorze anos depois, especialistas estimam que essa população seja de mais de 10 milhões.

Fonte: CNseg, em 11.04.2024.